

**Helena Pinto Janeiro, «A questão feminina na campanha de Norton de Matos» in PAULO, Heloísa, JANEIRO, Helena Pinto (ed.), *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949: 60 anos depois*, Lisboa: Colibri, 2010, pp. 35-56 ISBN: 9789727729838**

## A QUESTÃO FEMININA NA CAMPANHA DE NORTON DE MATOS<sup>1</sup>

Helena Pinto Janeiro<sup>2</sup>

**[p.35:]** O facto das eleições presidenciais de 1949 terem sido as primeiras em que as oposições ao Estado Novo apresentaram um candidato unitário<sup>3</sup> seu contra o da Situação, o general Norton de Matos contra o marechal Óscar Carmona, não constitui a única originalidade destas eleições. A juntar a esta, está o facto desta campanha eleitoral ter sido a primeira em que as mulheres irromperam na vida pública em Portugal, adquirindo visibilidade e peso político enquanto género, facto ainda longe de ser reconhecido e tão-pouco estudado<sup>4</sup>. Tema vasto de que iremos destacar, **[p.36:]** por ora, dois aspectos específicos: a presença feminina nas estruturas oficiais da candidatura oposicionista e os temas introduzidos pelas mulheres em campanha por Norton de Matos.

---

<sup>1</sup> Apresentamos nesta comunicação uma parte de um estudo mais vasto subordinado ao tema «Norton de Matos e Carmona: a campanha eleitoral das mulheres», no âmbito de uma tese de doutoramento sobre «Norton de Matos. Portugal e o império entre Afonso Costa e Salazar», em curso de elaboração na Universidade Nova de Lisboa.

<sup>2</sup> Investigadora do Instituto de História Contemporânea da FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

<sup>3</sup> Congregando praticamente todos os sectores oposicionistas, à excepção de Cunha Leal que, mesmo assim, acaba por conceder, já na recta final da campanha, que: «Se na disputa em curso estão em causa não duas pessoas mas dois regimes, oxalá triunfe um regime autenticamente democrático» (em entrevista ao *Diário de Lisboa*, 22/1/1949, p. 5).

<sup>4</sup> À parte a referência ao fenómeno que, de passagem, é feita por Luís Salgado de Matos na entrada biográfica que escreveu sobre «Cerejeira, D. Manuel Gonçalves» in *Dicionário de História de Portugal*, Coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, Vol. VII, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 303. Vanda Gorjão, por seu turno, dedica algumas páginas às mulheres oposicionistas nesta campanha no seu livro *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, «Colecção Estudos e Investigações, 24», 2002, pp. 199-204. Sobre a campanha eleitoral em Évora, veja-se Daniel Bastos, «Mulheres na Política. A Participação Feminina na Campanha Presidencial de 1949 em Évora» in *Feminino Ao Sul: História e Historiografia da Mulher*, Coordenação de Sara Marques Pereira, Maria de Deus Manso e Marília Favinha, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 37-43. O papel de Palmira Tito de Morais na campanha de Norton foi abordado por Maria Antónia Fiadeiro, «Maria Palmira Tito de Morais: Andei a fazer no estrangeiro o que não consegui ainda fazer em Portugal», *Diário de Notícias*, 2/9/1987, p. 22-23 e Maria José Oliveira, «Maria Palmira Tito de Morais: A enfermeira que enfrentou Salazar em defesa dos direitos das mulheres», *O Público*, 9/4/2006, pp. 18-19.

Focaremos assim a nossa atenção nos temas da campanha eleitoral tal como foram abordados pelas mulheres opositoristas em entrevistas e artigos de opinião e, sobretudo, nos discursos pronunciados em comícios e sessões de propaganda por todo o país, ou melhor, naqueles discursos e intervenções de que nos ficou registo: ora os próprios textos de alguns dos discursos, editados pelos próprios serviços da candidatura; ora do eco que deles deu a imprensa coeva; ora de textos memorialísticos; ora, finalmente, dos relatos que deles fizeram os representantes dos governadores civis. Mas para melhor compreendermos o terreno em que se movem estas mulheres que deram a cara por Norton de Matos, começaremos pela análise da presença feminina nas estruturas da campanha, no contexto da situação feminina na oposição ao Estado Novo nos anos 40.

## 1. A OPOSIÇÃO E AS MULHERES NOS ANOS 40: O MUD E OS SERVIÇOS DA CANDIDATURA DE NORTON DE MATOS. O “NÚCLEO FEMININO DA PROPAGANDA”

Nos anos 40, o acesso das mulheres a lugares de destaque nas estruturas opositoristas era muito limitado<sup>5</sup>. O Movimento de Unidade Democrático (MUD), criado em 8 de Outubro de 1945, é dirigido por uma comissão de composição inteiramente masculina. Só em Junho do ano seguinte uma mulher, a professora Maria Isabel Aboim Inglês, integrará a nova comissão central do MUD, como vogal e representante [p.37:] das comissões femininas<sup>6</sup>. Já o MUD Juvenil integrará uma mulher, a estudante de Direito Maria Fernanda Silva, na sua Comissão Central logo desde a sua fundação, em Julho de 1946. Nas comissões sectoriais do MUD, para além da Comissão Feminina, onde

---

<sup>5</sup> Sobre as mulheres que deram corpo a uma “oposição de elites” ao salazarismo, cf. Vanda Gorjão, *Op. Cit.* Sobre a sua presença no MUD, cf. Maria Isabel Alarcão e Silva, *O Movimento de Unidade Democrática e o Estado Novo 1945-1948*, Tese de mestrado em História dos Sécs XIX e XX (Secção do Século XX) na FCSH/UNL, Lisboa, 1994, policopiado.

<sup>6</sup> Foi vogal da 3ª Comissão Central do MUD, única mulher entre doze homens, entre Junho de 1946 e Março de 1948. As comissões centrais anteriores eram de composição exclusivamente masculina (Cf. Maria Isabel Alarcão e Silva, *Op. cit.*). Mário Soares refere-se-lhe como representante das comissões femininas nessa nova Comissão Central (*Portugal Amordaçado: Depoimento sobre os Anos do Fascismo*, S.l., Editora Arcádia, 1974, p. 127) e conta como a nova composição surge na sequência de uma assembleia de delegados do MUD na qual se discute a dissolução ou a continuação do próprio movimento. Isabel Aboim Inglês tomara, aliás, já parte nesta assembleia, enquanto representante das comissões femininas, mas só após «alguma discussão» e depois de definido que não teria direito a voto (*Idem, idem*, p. 126).

pontificam Isabel Aboim Inglês e Maria Lamas, entram pontualmente mulheres: é o caso de Irene Lisboa na Comissão dos Escritores, Jornalistas e Artistas do MUD. Significativamente, esta participação marginal feminina na política é encarada pelas próprias, nas palavras de Isabel Aboim Inglês já em plena campanha eleitoral de Norton de Matos, como «desagradável e incómoda» em contraste com as suas «habituais e mais gratas tarefas»<sup>7</sup>.

É precisamente para as poupar a incómodos, como o de se sentirem intimidadas pelo sexo oposto, que o MUD preferiu concentrá-las em grupos específicos: as Comissões Femininas do MUD, dinamizada por mulheres já com experiência em participação cívica em organizações femininas autónomas<sup>8</sup>. Paradoxalmente, a mobilização de mulheres para o trabalho político oposicionista é potenciada pelo facto do direito de voto concedido por Salazar nos anos 30 a algumas mulheres, ter sido alargado pela Lei nº 2015, de 28 de Maio de 1946<sup>9</sup>, o que obrigou a tomar em consideração esse novo nicho eleitoral. Às mulheres do MUD é [p.38:] dada a tarefa de divulgar informações sobre o recenseamento feminino, de modo a angariar votos. Contudo, as áreas de actividade política que lhe são destinadas<sup>10</sup>, para além da propaganda, denotam muitos dos preconceitos da época, a que não escapavam os opositores a Salazar, tendendo a remetê-las para tarefas de natureza assistencialista (aos presos políticos e suas famílias) e de secretaria, não esquecendo nunca as “mais gratas tarefas” relacionadas com a educação (democrática) dos filhos.

Não espanta portanto que, no final da década de 40, só Maria Isabel Aboim Inglês tenha tido lugar na Comissão Central dos Serviços da candidatura do general Norton de

---

<sup>7</sup> «Mensagem da Dra. Maria Isabel Aboim Inglês» à sessão promovida pela comissão feminina de apoio à candidatura do Ex.mo Senhor General Norton de Matos, na *Voz do Operário*, em 28 de Janeiro de 1949 in *Às mulheres de Portugal (Colectânea dalguns discursos pronunciados para propaganda da Candidatura)*, Prefácio do Prof. Azevedo Gomes, Lisboa, ed. dos Serviços Centrais da Candidatura do General Norton de Matos, 1949, p. 10.

<sup>8</sup> Como o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) ou a Associação Feminina Portuguesa para a Paz (1936-1952).

<sup>9</sup> Embora as condições impostas às mulheres para poderem eleger ou ser eleitas continuassem a ser mais restritivas do que as impostas aos homens. Num caso como outro, estava-se longe do sufrágio universal. Cf. Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, pp. 30-33.

<sup>10</sup> Cf. Isabel Alarcão e Silva, *Op. cit.*, pp. 97-98.

Matos, e mesmo assim tardiamente. Na verdade, Maria Isabel não faz parte do grupo inicial da comissão central dos serviços da candidatura, integralmente composta por homens. A 15 de Novembro de 1948, o general propõe que a composição da comissão central seja alargada, passando a incluir os presidentes de todas as comissões distritais da candidatura. Câmara Reis aproveita para sugerir que haja também um representante dos operários e das mulheres que estão dados como eleitores na Constituição. Sabemos, dos apontamentos que da reunião nos deixou Mário Soares, que Norton concordou com a representação das senhoras na comissão central<sup>11</sup> mas o que é certo é que não temos registo de que este alvitre tenha vido votado pela assembleia, ao contrário da proposta de inclusão dos delegados distritais, que foi aprovada.

Tanto que, na reunião plenária da comissão central de 30 de Dezembro<sup>12</sup>, que já incluiu representantes dos distritos, a comissão central continua sem mulheres na sua composição. Esta importante reunião, realizada nas vésperas do início oficial da campanha eleitoral (1 de Janeiro), só não será exclusivamente masculina porque entre os cinco delegados da Comissão Distrital do Porto encontra-se Virgínia de Moura que no entanto, por não ser a presidente, não tem direito a voto. Norton de Matos [p.39:] abre a reunião com um sentido discurso em que considera estar perante o primeiro parlamento que se reúne em Portugal após o 28 de Maio. Como no tempo em que ele próprio fora deputado, neste parlamento-sombra só os homens têm voto.

Não temos registo da data exacta em que Maria Isabel Aboim Inglês passou a integrar a comissão central. O seu nome só aparece, nessa qualidade, na acta da assembleia de delegados de 7 de Fevereiro<sup>13</sup>. A sua sensibilização para as questões políticas deu-se por via do casamento e só quando viúva começou a sua actividade pública nessa área. A sua condição de mãe e viúva, para além da sua idade madura (fará 48 anos no início da campanha eleitoral) e da sua profissão (que só começou a exercer quando viúva, para

---

<sup>11</sup> Ao passo que rejeitou a dos operários, com o argumento de que, encontrando-se estes últimos divididos, não via vantagem em incluir um «que de resto não representaria o operariado». Cf. Arquivo da Fundação Mário Soares (AFMS), Pasta 02548.002, Apontamentos de Mário Soares para a elaboração da Acta da Assembleia de Delegados dos Serviços Centrais, realizada em 15 de Novembro de 1948 no Centro Republicano Dr. António José de Almeida, S.I., (1948), manuscrito, fl. 80-81. Na acta propriamente dita, também do punho de Soares (cf. *Idem, idem*, fl. 110), consta a proposta mas não o comentário de Norton.

<sup>12</sup> Cf. AFMS, Pasta 02548.002, Apontamentos de Mário Soares e de Manuel Mendes da assembleia de delegados dos serviços da candidatura de Norton de Matos.

sustento da família) dão-lhe uma respeitabilidade acrescida para esta participação política, de alguma forma similar ao estatuto eleitoral dado por Salazar às mulheres chefes de família e ao acesso controlado de algumas mulheres à Assembleia Nacional concedido pelo regime. O que não invalida a grande consistência e maturidade política das suas intervenções em campanha e o facto de ser considerada pelos opositoristas como um seu par<sup>14</sup>.

Cada colónia tem também a sua Comissão Central da Candidatura e, na de Moçambique, uma mulher marca presença: a farmacêutica Maria Sofia Pombal Guerra<sup>15</sup>.

Descendo a nível distrital, verificamos que, de todas as comissões distritais da candidatura de Norton, só a comissão distrital do Porto tem uma mulher na sua composição, Virgínia Moura. O seu caso é também singular, mas por outros motivos. Esta engenheira civil de 34 anos é uma mulher de uma craveira intelectual excepcional, como várias outras mulheres que veremos participar nesta campanha na sua qualidade de pioneiras ou peritas nalgum sector profissional. Acontece que esta que foi a primeira mulher a licenciar-se em engenharia em Portugal é desde a sua juventude mais uma política profissional do que uma perita. No entanto, a sua chegada às estruturas dirigentes da campanha terá tido mais a ver com o facto de ser comunista do que por ser mulher, muito embora o seu carisma pessoal e capacidades intelectuais tenham certamente tido a sua influência. Será a única mulher a discursar no mítico comício da Fonte da Moura, no Porto, perante uma multidão calculada em mais de 100.000 pessoas.

**[p.40:]** A regra de quase exclusividade masculina nas estruturas dirigentes da campanha repete-se a nível concelhio, com excepções que confirmam a regra, como Isabel de Vilhena em Cascais e Esmeralda Flora Bento da Silva, de Alcanena<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> Cf. AFMS, PASTA 02.548.001, Apontamentos de Mário Soares.

<sup>14</sup> Cf. Mário Soares, *Portugal amordaçado...*, *passim*.

<sup>15</sup> Cf. AFMS, PASTA 02.548.001.

<sup>16</sup> Além de membro da comissão concelhia de Alcanena, sabemos que Esmeralda dirige, a 9 de Janeiro, uma sessão plenária de delegados das 14 comissões concelhias do distrito de Santarém: Abrantes, Alcanena, Alpiarça, Cartaxo, Coruche, Constancia, Entroncamento, Golegã, Mação, Salvaterra de Magos, Tomar, Torres Novas, Vila Nova de Ourém e Santarém. Nessa função foi secretariada por quatro homens (Cf. comunicado da comissão distrital de Santarém dos serviços da candidatura de Norton de

Teremos que passar para estruturas organizativas destinadas exclusivamente ao sexo feminino para encontrarmos um grupo mais alargado de mulheres com participação pública na campanha, na linha, aliás, do que acontecera com o MUD. Curiosamente, da mesma forma que o regime congregava as mulheres em estruturas como a Obra das Mães ou a Mocidade Portuguesa Feminina, as oposicionistas são relegadas para uma comissão própria, a Comissão Eleitoral Feminina, também conhecida por Núcleo Feminino da Propaganda. O que não impede que, nessa qualidade, tenham parte activa em assembleias de delegados tão cruciais como a que debateu, a 7 de Fevereiro de 1949, a desistência ou não do candidato. Em representação das mulheres estavam Cesina Bermudes, Ermelinda Cortesão e Luísa de Almeida. A primeira era uma mulher com um estatuto académico e profissional fora do comum para as mulheres do seu tempo, tal como Virgínia de Moura embora, ao contrário desta última, que era casada, tivesse um estado civil pouco consentâneo para padrões morais preconizados pelo regime: divorciada. Esta obstetra de 40 anos tinha sido a primeira mulher doutorada em medicina em Portugal e discursará em muitos comícios valendo-se da sua autoridade de perita na sua área profissional, que sempre soube ligar a uma perspectiva eminentemente política. As outras duas são mulheres mais jovens, casadas com homens de tradicionais famílias republicanas<sup>17</sup>.

**[p.41:]** Em síntese, se tivermos em conta apenas o número e sua distribuição, verifica-se uma pouco expressiva representação feminina nas estruturas dirigentes dos serviços da candidatura de Norton de Matos. Veremos de seguida de que forma essas mulheres, juntamente com outras, conquistarão, pelo mérito das suas intervenções públicas durante a campanha, um protagonismo em muito superior à sua presença formal nas comissões central, distritais e concelhias da candidatura.

---

Matos transcrito na imprensa: «A actividade dos oposicionistas de Santarém», *Diário de Lisboa*, 10/1/49, p.9).

<sup>17</sup> Respectivamente Eduardo Luís Cortesão e um neto de Bernardino Machado. Pontualmente, aparecem mulheres noutras comissões sectoriais académicas ou de juventude, como a estudante de Agronomia Maria Margarida Aboim Inglês que, juntamente com quatro homens, faz parte da Comissão Eleitoral Universitária constituída no seguimento de uma deputação de 150 jovens, na maioria universitários, que se deslocaram a casa de Norton de Matos a 20 de Dezembro para lhe darem o seu apoio («Está constituída a Comissão Eleitoral Universitária de Lisboa», *República*, 4/1/1949, p. 8). Da Comissão de Juventude dos Serviços da Candidatura na Colónia de Moçambique, fazem parte duas mulheres: Maria Teixeira e Maria Amélia Mendonça (Cf. «A Juventude Democrática de Moçambique», *República*, 18/1/1949, p. 3).

**Helena Pinto Janeiro, «A questão feminina na campanha de Norton de Matos» in PAULO, Heloísa, JANEIRO, Helena Pinto (ed.), *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949: 60 anos depois*, Lisboa: Colibri, 2010, pp. 35-56 | ISBN: 9789727729838**

## 2. PARCEIRAS NO FEMININO NAS BANDEIRAS DA OPOSIÇÃO

Os elementos mais destacados do Núcleo Feminino da Propaganda e com maior consciencialização política, focam a sua atenção na questão central nas eleições: os direitos, liberdades e garantias que o Estado Novo cerceia. É o caso de Maria Isabel Aboim Inglês, quando apresenta<sup>18</sup> como fundamento da sua entrada para a política aquilo que considera ser a imoralidade intrínseca ao Estado Novo como fundamento da sua entrada na política: sendo um “Estado policial», o regime «contém em si, por esse mesmo facto, germe de grande imoralidade» - «lançando o terror em todas as almas democratas», a quem ameaça com a prisão, com represálias económicas, com despedimentos sumários. E «com a acção da sua política o Estado destrói as melhores virtudes cívicas e ainda as mais nobres expressões da alma humana, como a coragem, a sinceridade e a lealdade.» Perante isto, é um imperativo moral que as pessoas livres, que escaparam à indiferença política ou ao terror tentem tudo para arrancar esses dois males das almas atingidas. É da mais pura justiça reconhecer que, entre essas pessoas de estatura moral fora do comum, se encontra um grupo de mulheres que, como Maria Isabel, não receia arrostar com as consequências de acusar publicamente o Estado Novo, como fez num discurso em Portalegre, de antinacional, antipatriótico, anticultural, antidemocrático e... antimoral<sup>19</sup>. Afirmações como estas colocam-na num registo semelhante ao dos seus pares masculinos.

Discursando perante um auditório calculado em 500 a 600 pessoas, maioritariamente operários de ambos os sexos, duas mulheres da geração dos 20 anos, afinam pelo mesmo diapasão: Natália Correia, que anuncia a [p.42:] desintegração do Estado Novo, minado como está por muitos «podres», e Maria Luísa Almeida, quando critica a obra do regime, «classificando de crime o não se poder pensar livremente.»<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> Cf. «Mensagem da Dra. Maria Isabel Aboim Inglês» in *Às mulheres de Portugal...*, p. 10, de onde foram retiradas as citações que se seguem.

<sup>19</sup> Cf. «Discurso pronunciado pela Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel Aboim Inglês, em Portalegre» in *Às mulheres de Portugal...*, pp. 114 e 115.

<sup>20</sup> As duas falam perante um auditório calculado de 500-600 pessoas, maioritariamente operários de ambos os sexos (Arquivo do Ministério da Administração Interna (Arqº MAI), Gabinete do Ministro,

Neste plano, o caderno reivindicativo é comum aos dos homens oposicionistas, assim sintetizado por Leopoldina Mesquita em artigo de opinião publicado no jornal *República*:

- «- Pelo restabelecimento em Portugal dos direitos, liberdades e garantias constitucionais;
- Pela elevação do nosso nível de vida;
- Pela solução completa do nosso problema da alimentação;
- Por uma reforma profunda na instrução pública, incluindo o alargamento da instrução primária, obrigatória e gratuita e com possíveis facilidades para as crianças pobres (fornecimento de refeições, de material escolar, etc.);
- Pelo estabelecimento em Portugal de uma política eficiente de protecção à infância (...):
- Pelo estabelecimento de pensões (não de esmolas á velhice desamparada e à invalidez;
- Por uma remodelação na assistência incluindo a assistência hospitalar;
- Por uma protecção eficaz à Família (...);
- Por um vasto programa de construção de casas económicas (...) que ponha termo ao angustioso problema da habitação;
- Por uma melhoria das nossas condições de trabalho;
- Pela abolição de todos os monopólios contrários ao interesse nacional;
- Pelo estabelecimento, enfim, de leis que assegurem aos indivíduos, desde o nascimento à morte, o máximo de garantias colectivas...»<sup>21</sup>.

**[p. 43:]** As mulheres em campanha por Norton de Matos lutam antes de mais pelas mesmas causas dos homens, empunhando as mesmas bandeiras, quer no plano dos princípios, quer no das propostas sectoriais, tendo por fim último a luta pela democracia em Portugal.

---

Caixa 17, a) ilegível, «RELATÓRIO da SECÇÃO DE PROPAGANDA DA OPOSIÇÃO REALIZADA no Centro Escolar Republicano Dr. Alberto Costa na Rua dos Remédios, nº 164-1º, sob a presidência do Sr. Dr. Casais Monteiro», Lisboa, 11/2/49, anexo ao ofício confidencial nº 96 do Comandante Geral da G.N.R. ao chefe de gabinete do Ministro do Interior, Lisboa, 12/2/49. Na mesma sessão de propaganda, é também oradora uma terceira mulher, de uma geração mais velha, Lucinda Tavares, que critica a política do livro único, a Obra das Mães e a redução da licença de maternidade.

<sup>21</sup> Leopoldina Mesquita, “Eleições livres”, *República*, 9/2/1949, p. 7.

**Helena Pinto Janeiro, «A questão feminina na campanha de Norton de Matos» in PAULO, Heloísa, JANEIRO, Helena Pinto (ed.), *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949: 60 anos depois*, Lisboa: Colibri, 2010, pp. 35-56 | ISBN: 9789727729838**



### 3. A AGENDA FEMINISTA: CADERNO REIVINDICATIVO

O que não impede que, a par das bandeiras conjuntas a ambos os sexos, surjam claramente aquelas que, no seu conjunto, compõem uma agenda reivindicativa feminista. Esta agenda tem temas próprios<sup>22</sup>, entre os quais avultam a abolição do regulamento da prostituição; salário igual para trabalho igual; a equiparação jurídica para ambos os sexos; assistência social para todas as mulheres independentemente de crenças, credos políticos e estado civil. A estas junta-se a questão do sufrágio universal que, embora interpelando também os homens, que dele não dispunham em 1949, visa principalmente as mulheres, que mais longe estão desse horizonte.

#### 3.1. A IGUALDADE PERANTE A LEI

Ao defender, no manifesto em que se apresenta «À Nação» como candidato à Presidência da República, em Julho de 1948, «a igualdade de todos perante a lei fundamental, sem que possam ser motivo de regime discriminatório a raça, o sexo, a língua, a religião e as opiniões políticas»<sup>23</sup>, Norton de Matos marca a diferença em relação à discriminação sexual preconizada pela Constituição de 1933 quando, no seu artigo 5º, reconhece a igualdade de todos os cidadãos perante a lei «salvo, quanto às mulheres, as diferenças da sua natureza e do bem da família». Embora não erga – longe disso – o fim da discriminação sexual como bandeira de campanha, nem tão pouco o tema feminino surja especificamente no programa geral de propaganda da sua candidatura<sup>24</sup>, Norton ganha, com esta [p. 44:] declaração de princípio, o apoio das mulheres que, em Portugal, não se conformam com a situação de minoridade em que vivem em relação aos homens.

---

<sup>22</sup> As reivindicações do Núcleo Feminino da Propaganda são apresentadas no «Discurso pronunciado pela Dr<sup>a</sup> Cesina Bermudes, em Santarém» in *Às mulheres de Portugal...*, 1949, pp. 98-99.

<sup>23</sup> «À Nação» in General Norton de Matos, *Os Dois Primeiros Meses da Minha Candidatura à Presidência da República (9-VII-48 a 9-IX-48)*, Lisboa, Edição do Autor, 1948, p. 70.

<sup>24</sup> Cf. «Esquema do programa geral para a propaganda da candidatura, a realizar pela imprensa e por meio de conferências e comícios (sessões públicas dum modo genérico), logo que se obtenham as necessárias autorizações», anexo à Circular nº 6, assinada por Mário de Azevedo Gomes, às Comissões Distritais,

Se é verdade que, nas suas intervenções na campanha eleitoral, o velho general não se pronuncia sobre questões concretas relacionadas com a condição feminina, nem tão-pouco se dirige especificamente às mulheres<sup>25</sup>, a mera enunciação da necessidade da Constituição não dever discriminar com base no seu sexo é já um passo de enorme significado para as oposicionistas portuguesas. À enunciação pública do princípio teórico, seguir-se-ão medidas concretas que o concretizarão, acreditam elas. E é bem verdade que a mera referência de tal princípio constitui uma pedrada no charco no panorama da situação feminina portuguesa de meados do século passado. Sobretudo porque, no mesmo manifesto, se defende como direitos inamovíveis do cidadão (o tal que não pode ser discriminado com base no sexo) várias garantias que são particularmente negadas, ou muito condicionadas, sobretudo às mulheres, pelas leis vigentes em 1948/49 e/ou pela prática vigente, nomeadamente: «os direitos à vida e à existência sã, à liberdade pessoal (...), à residência e à inviolabilidade do domicílio, ao sigilo de correspondência, à propriedade pessoal, ao acesso a qualquer profissão, à instrução, ao acesso à cultura, à personalidade política, à assistência médica e à segurança social, à petição aos poderes públicos; finalmente à resistência perante a opressão e a tirania.»<sup>26</sup>. Acontece que, à época, não é apenas o estado policial que pode violar a correspondência dirigida às mulheres: é o próprio marido, com a permissão da lei. Não é apenas o estado que pode impedir um homem ou uma mulher de exercer a sua profissão por motivos políticos, negando-lhe o direito ao trabalho: é o próprio marido que pode anular um contrato de trabalho assinado pela mulher. E por aí fora: a realidade portuguesa [p.45:] contrastava fortemente com a defesa da igualdade de homens e mulheres perante a lei preconizada por Norton de Matos na sua campanha.

---

Lisboa, 24/11/1948 in General Norton de Matos, *Mais Quatro Meses da Minha Candidatura à Presidência da República (9-IX-48 a 9-I-49)*, Porto, Edição do Autor, 1949, pp. 148-173.

<sup>25</sup> Nos documentos da campanha, apenas especifica «homens e mulheres» quando reclama a Salazar contra a invasão de vários domicílios numa determinada localidade pela polícia, à procura de um livro seu. Um dos argumentos usado para o protesto é o da perturbação da tranquilidade das famílias e do «sagrado respeito» que se deve ter por elas (Cf. «Carta do candidato à Presidência da República ao Presidente do

**Helena Pinto Janeiro, «A questão feminina na campanha de Norton de Matos» in PAULO, Heloísa, JANEIRO, Helena Pinto (ed.), *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949: 60 anos depois*, Lisboa: Colibri, 2010, pp. 35-56 | ISBN: 9789727729838**

### 3.2. A QUESTÃO DO SUFRÁGIO

A igualdade perante a lei eleitoral, com o alargamento do direito de voto a todas as mulheres é uma das bandeiras das oposicionistas em campanha que foi ganhando um protagonismo crescente mau grado duas condicionantes importantes. Em primeiro lugar, corria-se o risco de dar o flanco ao adversário que, com facilidade, poderia contrapor que foi o Estado Novo e não a I República a permitir que pela primeira vez as mulheres pudessem eleger e ser eleitas em Portugal, o que constituía um facto indesmentível, mau grado todas as condicionantes legais impostas a esse acesso, discriminatórias em relação ao sexo masculino. Em segundo lugar, prévia a esta e a todas as outras questões da campanha estava, para os apoiantes e para as apoiantes de Norton de Matos, o facto de as eleições não serem livres, o que implicava que a batalha principal, subjacente a todas as outras de carácter sectorial era a reivindicação de eleições livres<sup>27</sup>, sem o que mesmo um hipotético sufrágio universal, a existir, seria subvertido pela viciação do jogo eleitoral pela máquina administrativa e policial por detrás do candidato da Situação, Óscar Carmona. Contudo, uma vez aberta a discussão em torno da liberdade e da democracia, a questão da condição feminina acabava por ser incontornável. As oposicionistas não deixaram passar esta oportunidade tirando, como não podia deixar de ser, as devidas consequências para a liberdade das mulheres, a todos os níveis, incluindo a de serem reconhecidas como seres com discernimento político.

É o que faz a escritora e publicista Maria Lamas quando acusa: «Basta a lei eleitoral, que exclui do sufrágio a grande massa das trabalhadoras e domésticas, especialmente as casadas, para provar que o governo [p. 46:] não protege, antes deprime e pretende

---

Conselho», Lisboa, 25 de Novembro de 1948 in General Norton de, *Mais Quatro Meses...*, Porto, Edição do Autor, 1949, p. 57-61).

<sup>26</sup> «À Nação» in General Norton de Matos, *Os Dois Primeiros Meses...*, p. 70.

<sup>27</sup> No topo das condições fundamentais a observar pela propaganda oposicionista aparecem estas duas: «1ª - A propaganda nunca perderá de vista as reclamações básicas, para a *conquista das liberdades públicas*, que são o terreno comum em que se encontraram e encontram todos os portugueses que apoiam a Candidatura personificada pelo Candidato, Sr. General Norton de Mattos.»; «2ª - Pelo que pode dizer-se, afirmar o espírito dessas reclamações deve ser *preocupação constante*, cumprindo aos propagandistas, mesmo quando tratem de assuntos especializados, aproveitar todos os ensejos para recordá-las perante o público ao qual se dirigem.» («Esquema do programa geral para a propaganda...» in *Mais Quatro Meses...*, p. 148)

**Helena Pinto Janeiro, «A questão feminina na campanha de Norton de Matos» in PAULO, Heloísa, JANEIRO, Helena Pinto (ed.), *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949: 60 anos depois*, Lisboa: Colibri, 2010, pp. 35-56 | ISBN: 9789727729838**

desvalorizar essas mulheres.»<sup>28</sup>. As teorias pretensamente moralizadoras e protectoras da mulher e da família «não passam», segundo a escritora, «de vãs palavras, para encobrir o seu verdadeiro desígnio, que é atrofiar moralmente a mulher, amesquinhá-la e reduzi-la a um ser passivo, politicamente inerte, a não ser que dê ao Estado Novo o seu incondicional aplauso.»<sup>29</sup>.

Ao excluir a grande massa das mulheres que trabalham do direito de voto, atrofia-se moralmente a mulher portuguesa e, tão ou mais grave ainda, tira-se «ao sufrágio o seu verdadeiro significado nacional». E a escritora desmonta os argumentos de falta de cultura das mulheres trabalhadoras: «Alega-se a ignorância das classes trabalhadoras, a sua falta de preparação política, mas não se faz coisa alguma no sentido de lhes dar os conhecimentos que lhes faltam. A mulher do povo e da classe média possui, porém, um outro conhecimento mais profundo, capaz de suprir todas as teorias políticas: o seu conhecimento directo, vivido, da conquista do pão; da insuficiência dos seus ganhos; da extrema dificuldade em encontrar alojamento a preço acessível. Ela conhece, por sua experiência, a falta dos géneros indispensáveis à precária alimentação da família, os tormentos que passa para criar os filhos e todas as amarguras e canseiras que marcam os seus dias. Não será isso suficiente para que ela possa exercer o direito de cidadã e escolher um governo que lhe mereça confiança?»<sup>30</sup>.

A actriz e escritora Manuela Porto, na esteira de Maria Lamas, traz o país real feminino para as sessões de propaganda oposicionistas, a que assistem sobretudo homens mas também crescentemente mais mulheres, como atestam os relatórios da G.N.R. Trazem o país real feminino para a imprensa, lida sobretudo por homens, mas crescentemente também por mulheres. E defende a autoridade moral ganha pelas mulheres que trabalham e que conhecem a realidade sócio-económica do país como ninguém. Dão voz a quem não tem voz: «E dado o facto da maioria dessas infelizes que com o seu sangue, o seu suor e as suas lágrimas servem o seu semelhante e o seu país, se

---

<sup>28</sup> «Palestra de D. Maria Lamas» [na sessão promovida pela Comissão Eleitoral Feminina na Voz do Operário em 28/1/1949] in *Às mulheres de Portugal...*, p. 22

<sup>29</sup> *Idem, idem*, p. 23.

<sup>30</sup> «A ignorância e o abandono em que vive a mulher do povo, segundo a escritora Maria Lamas» in *Diário de Lisboa*, 27/1/1949, p. 3.

encontrarem destituídas da possibilidade de votar, pois não são proprietárias, nem possuem qualquer espécie de instrução, tão pouco nós outras que tivemos a possibilidade de fazer um curso ou possuir quaisquer bens esqueceremos ser inadiável dever nosso (...) falar, argumentar, protestar até que, livremente, e sem qualquer espécie [p. 47:] de subterfúgios nos seja consentido que, por meio do nosso voto, apoiemos a candidatura de (...) Norton de Matos, símbolo, para nós, da libertação, empregando em tão nobre acto cívico aquela convicção e vigor que nos são dadas por nos vermos forçadas a expressar assim não só a nossa própria vontade mas a vontade daquelas a quem, apesar do inhumano esforço que lhes é exigido, não foi sequer dada voz...»<sup>31</sup>.

### 3.3. A ABOLIÇÃO DA PROSTITUIÇÃO

«Nós, mulheres democratas, acusamos o governo de amordaçar a consciência do país e permitir a prostituição de menores, cobrando imposto sobre essa prostituição.»<sup>32</sup>. É neste estilo frontal que Maria Lamas ataca o Estado Novo, movimentando-se no mesmo terreno moral da propaganda estatal e explorando habilmente as suas contradições. A reivindicação da abolição do regulamento da prostituição é, assim, uma das bandeiras das oposicionistas que denunciam um regime que não só aceita como cobra impostos da prostituição. Acusam de imoral um regime que tolera que menores sejam matriculadas como prostitutas, sendo a prostituição, como acusa Manuela Porto, a «única profissão pelos vistos que um menor pode exercer sem que para isso necessite de autorização dos pais»<sup>33</sup>.

Outras, como a médica Cesina Bermudes, apontam a hipocrisia do regime salazarista e das mulheres que o apoiam (nas suas palavras textuais: «moralistas sem coração e sem miolos»<sup>34</sup>) que atacam a sua proposta de alargamento dos cuidados de saúde materna a todas as mães, sem exclusão das mães solteiras. A defesa de casas maternais para acolher essas mães, dando-lhes a possibilidade de escapar à prostituição, é apresentada

---

<sup>31</sup> «Palestra de D. Manuela Porto» [na sessão promovida pela Comissão Eleitoral Feminina na Voz do Operário em 28/1/1949] in *Às mulheres de Portugal...*, p. 44.

<sup>32</sup> «Palestra de D. Maria Lamas» in *Às mulheres de Portugal...*, pp. 23.

<sup>33</sup> «Palestra de D. Manuela Porto» in *Às mulheres de Portugal...*, pp. 42.

por esta apoiante de Norton de Matos como uma atitude própria de «mulheres que procuram dignificar o seu sexo», acabando com a prostituição que humilha a metade feminina da nação.

Várias outras oradoras, em comícios por todo o país abordarão este tema, ligando-o com a precária situação económica de muitas mulheres e famílias portuguesas, tema no qual são acompanhados por inúmeros oradores do sexo masculino.

#### **[p.48:] 3.4. TRABALHO FEMININO: O DESMENTIDO DE UM MITO. TRABALHO IGUAL PARA SALÁRIO IGUAL**

Às mulheres fadas do lar do imaginário ficcional salazarista, contrapõem as opositoristas uma crua realidade económica no campo como na cidade, do norte ao sul do país, assim sintetizada numa entrevista concedida por Maria Lamas ao *Diário de Lisboa*: «A miséria, a ignorância e o abandono em que vive, na sua maioria, a mulher do povo na nossa terra, excede tudo quanto possa imaginar-se. Quando trabalha por conta alheia, recebe sempre menos que o homem. Exige-se-lhe tudo: sacrifícios, responsabilidades, coragem, resistência física e submissão (...) num labutar esmagador e constante»<sup>35</sup>. A essa multidão de camponesas dá também voz Manuela Porto: as jornaleiras do Minho que trabalham de sol a sol até ao final da gravidez; as mulheres dos ranchos migratórios que pelo país oferecem a força do seu trabalho em condições que chegam a ser sórdidas; as «tristes que, nos confins do Algarve, com um filho nos braços, dois ou três agarrados às saias e, possivelmente, ainda um outro a pezar-lhes no ventre, andam quilómetros e quilómetros, da sua aldeia à fábrica de conservas mais próxima, onde por cada hora de trabalho receberão dez tostões – e muito felizes, se, ao chegar, encontrarem alguma coisa para fazer e um caixote vazio, daqueles que servem a transportar sardinha, onde possam instalar os filhos mais pequenos, enquanto os mais velhos se ficam pela estrada a garotar ou a pedir esmola...»<sup>36</sup>.

---

<sup>34</sup> «Discurso pronunciado pela Sr<sup>a</sup> Doutora Cesina Bermudes, em Évora» in *Às mulheres de Portugal...*, p. 83.

<sup>35</sup> «A ignorância e o abandono em que vive a mulher do povo *segundo a escritora Maria Lamas*», *Diário de Lisboa*, 27/1/1949, p. 3.

<sup>36</sup> «Palestra de D. Manuela Porto» in *Às mulheres de Portugal...*, pp. 43-44.

Temos ainda a operária dos centros urbanos, cada vez em maior número devido ao agravamento da condição de vida do país, explorada pelo patrão que lhe paga ainda menos do que aos colegas homens, pondo muitas em risco a sua saúde com o trabalho, despedida quando grávida, sem creches onde deixar os seus filhos, sem possibilidade de se instruir para assim melhor poder educar os seus filhos e, ainda por cima, insultada pela Situação por não ficar em casa a cuidar da família, quando, afinal, acusa a operária Lídia Pereira num comício em Lisboa, «a principal causa da desagregação da família é a miséria económica em que vivem os portugueses.»<sup>37</sup>.

É da mulher que trabalha para viver, em flagrante contraste da que vive sem trabalhar que fala uma empregada de escritório no Centro Repu[p.49:]blicano Dr. António José de Almeida, a 6 de Fevereiro. Maria Luísa Caldas defende os princípios democráticos de emancipação e dignificação da mulher, nomeadamente: salário igual para trabalho igual e mais consideração da sociedade para com a mulher trabalhadora, que faz as mesmas tarefas que os homens e mais ainda pois tem todo o serviço doméstico à sua espera no fim de uma longa jornada de trabalho fora de casa<sup>38</sup>.

Como faz notar Maria Lamas, com a autoridade de quem percorreu o país de lés-a-lés a entrevistar as mulheres portuguesas de todas as condições para a obra monumental que publicará em 1950, *As mulheres do meu país*, é de mulheres como esta última que o Estado Novo tem medo, são as mulheres da classe média, sobretudo da cidade, que o regime quer que se mantenham entre as quatro paredes do lar. Pois não lhe interessa nem um pouco as mulheres do povo que trabalham sujeitas a condições desumanas, deixando os filhos entregues a si próprios. Nem tão pouco lhe causa incómodo as mulheres das classes elevadas que pouco tempo passam em casa. Não: ao Estado Novo atemoriza a mulher da classe média, já com alguma instrução, que vislumbra novos horizontes de independência, libertação e valorização da sua condição e cuja consciência esclarecida não se conforma com a realidade opressora de uma deprimente situação económica e da ticanhez de horizontes<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> «Palestra de D. Lídia França Pereira» in *Às mulheres de Portugal...*, p. 54.

<sup>38</sup> Cf. *República*, 7/2/49, p. 5. Da mesa da presidência do comício faz parte Isabel de Vilhena.

<sup>39</sup> «Palestra de D. Maria Lamas» [na sessão promovida pela comissão feminina (...) na Voz do Operário em 28 de Janeiro de 1949] in *Às Mulheres de Portugal...*, pp. 13-26

Parafrazeando as palavras da operária que interveio numa das sessões promovidas pelo Núcleo Feminino da Propaganda em Lisboa, não é a oposição que quer retirar a mulher portuguesa da redoma do lar e atirá-la para o mundo do trabalho. A verdade é que ela já lá está há muito e isso sem qualquer intervenção da oposição<sup>40</sup>.

O que as apoiantes da candidatura de Norton de Matos trouxeram de novo nesta campanha foi a demonstração dessa realidade em público, a muitas vozes e nos mais variados palcos por todo o país. Ousadia pela qual tiveram que enfrentar a ira das hostes salazaristas.

### 3.5. ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL ÀS MULHERES E MÃES

«Assistência social para todas as mulheres independentemente de crenças, credos políticos e estado civil» é uma das principais reivindicações [p. 50:] da Comissão Eleitoral Feminina, que denuncia, por esse meio, as limitações da política de assistência do Estado Novo, nomeadamente da política de apoio às famílias. Várias mulheres abordam o tema nas suas intervenções em comícios por todo o país mas entre todas destaca-se a mulher com mais autoridade profissional para o fazer em Portugal, a obstetra Cesina Bermudes. No mesmo dia em que Virgínia Moura discursava na tribuna da Fonte da Moura, Cesina desloca-se ao Salão Central Eborense para fazer um diagnóstico abalizado das carências das mulheres portuguesas pobres, nos campos da assistência médica em geral e da assistência às grávidas, às parturientes e às mães com filhos recém-nascidos, concluindo pela falência da política do Estado Novo também nesse campo.

Por um lado, afirma a oradora, essa política tem uma eficácia muito limitada, pois abrange apenas um pequeno número das pessoas dela necessitadas. Por outro lado, faz acepção de pessoas em nome da política e em nome de uma moral que a médica considera hipócrita. Em nome da intolerância política, são discriminadas as pessoas que tenham cometido delito de opinião de não alinharem com o regime. Em nome da intolerância moral, são excluídas as mães solteiras, as mulheres que vivem em união de facto e as mulheres não casadas pela Igreja. São excluídas muitas mais, acusa ainda

---

<sup>40</sup> Cf. «Palestra de D. Lúcia França Pereira» in *Às Mulheres de Portugal...*, p. 51.



Cesina Bermudes, simplesmente porque o Estado Novo confunde caridade (no que o termo tem de menos nobre) com assistência, porque esta última tem um alcance muitíssimo limitado e porque, finalmente, as precárias condições económico-sociais do país, se afectam muitos portugueses afectam, mais ainda, os do sexo feminino.

### 3.6. EDUCAÇÃO E CULTURA

Na área da educação e cultura, intervêm várias peritas. Antes de mais, Isabel Aboim Inglês, professora e directora de um colégio que aponta o dedo à política de instrução do regime, que introduziu reformas de carácter reaccionário e retrógado. Pergunta: «Mas que poderíamos nós esperar (...) dum regime que se mantém teimosamente no poder a pretexto da incultura do povo?»<sup>41</sup>. O objectivo é, acusa, perpetuar uma rígida hierarquia social. Analisa em detalhe as propinas da universidade, o ensino liceal, o encerramento da escola do Magistério Público. Ao Estado Novo interessa «a doutrinação político-religiosa», tendo encontrado através desse processo «o modo de afastar do serviço professores mais esclarecidos que não lhe mereciam confiança, substituindo-os por outros escolhidos por esse critério e, sobretudo, tão necessitados que não se arriscariam de modo algum a afirmarem uma independência moral.»<sup>42</sup>. A supressão da instrução infantil, as restrições ao ensino técnico elementar e médio visam, na sua opinião o «cerceamento da Cultura popular». No mesmo sentido de «desvalorizar a personalidade dos filhos do povo», «embrutecer o povo» vai a acção do regime fora da escola, nomeadamente no que respeita ao futebol, transformado «num auxiliar precioso da acção anti-cultural do Estado Novo e ainda num óptimo adjuvante da sua polícia na manutenção da ordem social.»<sup>43</sup>.

Se isto é verdade para toda a nação, é mais verdade ainda para as mulheres, como recorda Madalena Almeida quando denuncia perante o público presente no Teatro

---

<sup>41</sup> «Discurso pronunciado pela Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel Aboim Inglês, em Portalegre» ] in *Às Mulheres de Portugal...*, p. 111.

<sup>42</sup> *Idem, idem*, p. 113.

<sup>43</sup> *Idem, idem*, p. 115.

Avenida em Coimbra «o atraso cultural de que a mulher tem sido vítima»<sup>44</sup> sob o Estado Novo. A oradora fala «como intérprete do sentir das mulheres democráticas do distrito de Coimbra, dizendo das razões de toda a mulher portuguesa em apoiar a candidatura do sr. General Norton de Matos porque ela traduz a concessão de direitos que a actual situação não lhes dá»<sup>45</sup>, nos quais se incluem o direito à instrução e cultura.

Os mesmos direitos são reivindicados por algumas jovens estudantes que discursam em vários pontos do país, ora reivindicando, como Maria Augusta Mimoso, num outro comício também em Coimbra, escolas gratuitas, cinemas, ginásios e escolas de educação física, ora acusando o Estado Novo de separar os sexos na escola para quebrar a solidariedade que os deveria unir. É o que faz a estudante algarvia Maria das Dores Medeiros - que será oradora em mais comícios, no Barreiro e em Vila Real de Santo António - perante uma audiência de mais de mil jovens na Voz do Operário em Lisboa, a 12 de Janeiro. Nas suas palavras de desafio [p.52:] «não há violência que consiga amedrontar a juventude»<sup>46</sup>. E a juventude que assim tão temerariamente discursa em público acorrerá também em grande número aos comícios da oposição, perante o espanto e a perplexidade dos representantes do regime, como o capitão da Guarda Nacional Republicana destacado para controlar o comício que teve lugar na noite de 4 de Fevereiro no salão do cinema Recreios Desportivos da Amadora: «A oposição parece interessar um número tão grande de jovens de ambos os sexos que julgo que a curiosidade e os anseios em gente nova só por si não bastam para uma explicação capaz.»<sup>47</sup>.

---

<sup>44</sup> «IMPONENTES MANIFESTAÇÕES de fé republicana e democrática foram as grandiosas sessões de ontem realizadas em COIMBRA e ESPINHO», *República*, 14/1/1949, p.5.

<sup>45</sup> Para além da questão prioritária das escolas e do analfabetismo, as oposicionistas apontam «erros de orgânica e vícios de funcionamento» à política do espírito, nomeadamente às bibliotecas, museus e arquivos portugueses. A bibliotecária Ema Quinta Alves considera os «métodos e objectivos da moderna bibliotecnia» como «estruturalmente democráticos» por possibilitarem o acesso de todos, e particularmente das crianças, à cultura e à cidadania esclarecida, o que, na sua opinião, não acontece em Portugal devido ao abandono em que o sector se encontra em Portugal (Cf. «Os problemas da cultura vistos pela dr<sup>a</sup> D. Ema Quintas Alves», *Diário de Lisboa*, 28/1/49, pp. 1 e 3).

<sup>46</sup> «Chama ardente da Pátria (...)», *República*, 13/1/49, p. 4.

<sup>47</sup> Arq<sup>o</sup> MAI, Gabinete do Ministro, Caixa 17, António Amaro Romão, capitão do Batalhão 2 da G.N.R., «RELATÓRIO DA SESSÃO DE PROPAGANDA ELEITORAL LEVADA A EFEITO PELA OPOSIÇÃO NO SALÃO DO CINEMA DOS RECREIOS DESPORTIVOS DA AMADORA NA NOITE DE 4/5 DE FEVEREIRO DE 1949», Quartel em Lisboa, Janelas Verdes, 5/2/1949, anexo ofício

### 3.7. QUANDO A QUESTÃO RELIGIOSA SE TORNA UMA QUESTÃO DE GÉNERO

A defesa da liberdade de consciência, de pensamento e de expressão, e nomeadamente a liberdade de não ser católico, juntamente com a reivindicação pela total laicização das instituições do Estado, foram também batalhas das mulheres oposicionistas nesta campanha eleitoral. Como defende Maria Lamas, «a crença religiosa é um caso de consciência absolutamente pessoal» e, sendo «a Democracia um campo aberto a todas as opiniões e a todas as crenças, tendo como base o respeito mútuo», «Na Democracia não existe o problema religioso»<sup>48</sup>. Ou seja, as mulheres democratas não são anti-religiosas mas consideram este um assunto da esfera privada da consciência das pessoas: «E a Democracia não pretende dominar consciências. Pelo contrário, é a garantia da liberdade de pensamento e expressão - liberdade que não existe em Portugal há vinte e dois anos e que nós queremos reconquistar, quando lutamos pela Democracia.»<sup>49</sup>. O diário oposicionista *República* publica cartas de leitoras, católicas e apoiantes de Norton de Matos, que testemunham essa mesma tolerância<sup>50</sup>.

**[p.53:]** Contudo, o tradicional anticlericalismo republicano não era propriamente o melhor cartão de visita para a imagem de tolerância religiosa com que os oposicionistas se queriam apresentar aos portugueses. Obviamente que o regime não deixou de aproveitar esse “pecado original” dos apoiantes de Norton de Matos, explorando ao máximo as perseguições religiosas sofridas pela Igreja durante a I República, bem como os deslizes de velhos anticlericais como Tomás da Fonseca, que abre as hostilidades em tom fortemente acintoso contra os católicos e, em particular, contra o culto a Nossa Senhora de Fátima, em dois artigos de página inteira no jornal *República* de oito e nove de Janeiro.

---

confidencial n° 72 do Comandante Geral da G.N.R., general Afonso Botelho ao chefe de gabinete do Ministro do Interior, Comando Geral do Carmo, Lisboa, 6/2/1949, fl.6.

<sup>48</sup> «Palestra de D. Maria Lamas» [na sessão promovida pela comissão feminina (...) na Voz do Operário em 28 de Janeiro de 1949] in *Às Mulheres de Portugal...*, p. 25.

<sup>49</sup> *Idem, idem*, pp. 25-26.

<sup>50</sup> Uma delas é de uma jovem, Sílvia Campelo, que, sendo filha de um livre pensador, viu a sua decisão de baptizar-se ser respeitada pelo pai: «o meu pai, sendo democrata, dá à família inteira liberdade de pensamento» (*República*, 9/2/49, p. 7).

**Helena Pinto Janeiro, «A questão feminina na campanha de Norton de Matos» in PAULO, Heloísa, JANEIRO, Helena Pinto (ed.), *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949: 60 anos depois*, Lisboa: Colibri, 2010, pp. 35-56 | ISBN: 9789727729838**

No comício oposicionista na *Voz do Operário* do dia seguinte, que inaugurou as sessões públicas da candidatura da Oposição em Lisboa, uma enfermeira de 37 anos, oriunda de uma família com fortes tradições republicanas, irá, com a sua intervenção, deitar lenha no fogo desta polémica. Diplomada em enfermagem numa universidade norte-americana, Maria Palmira Tito de Morais era na altura responsável pelos serviços de enfermagem de Saúde Pública do Centro de Saúde de Lisboa mas quando subiu ao palco da *Voz do Operário* para proferir o seu discurso na noite do dia 10 de Janeiro não foi de Saúde Pública que falou mas da urgência da mulher se libertar da escravidão do homem, que, na sua opinião, não passa muitas vezes também ele de um escravo. Reduzida à condição de escrava de um escravo<sup>51</sup>, à mulher portuguesa é pedido algo de semelhante à fórmula hitleriana «Kinder, Kuche und Kirche» (ter filhos, cozinhar e ir à igreja)<sup>52</sup>. Foi entusiasticamente aplaudida. Quinze dias depois, quando a polémica que estas palavras provocaram estava ao rubro, Maria Augusta Mimoso retomará no Teatro Avenida de Coimbra o mote lançado pela enfermeira de Lisboa<sup>53</sup>.

Como Maria Palmira contará mais tarde, «Eu tinha um ar muito pacífico, as pessoas ficavam muito surpreendidas com a minha actuação»<sup>54</sup> e nem o facto do general, numa tentativa de apagar os primeiros [p.54:] fogos ateados por Tomás da Fonseca, ter iniciado a sessão repudiando «a acusação que já viu ser-lhe assacada de entendimentos com os comunistas e de ser inimigo da religião»<sup>55</sup>, a fará alterar o seu discurso. Até

---

<sup>51</sup> «Ora como o sistema económico em que vivemos tende a levar o homem que trabalha à condição de escravo, a mulher tende assim a tornar-se a escrava de um escravo, o que dentro da escravatura é, achamos, a pior das situações.» («Palestra pronunciada por D. Maria Palmira Tito de Morais na sessão promovida pela Comissão Central na «Voz do Operário»» in *As mulheres de Portugal...*, pp. 72-73.

<sup>52</sup> *Idem, idem*, p.71.

<sup>53</sup> Como relata o tenente da GNR que assistiu à sessão, em representação do governador civil (Cf. Arqº MAI, Gabinete do Ministro, Caixa 17, Tenente Sachetti, «RELATÓRIO», Quartel em Coimbra, 28/1/1949, fl. 3, anexo ao ofício confidencial e urgente nº 38 do Comandante Geral da G.N.R. ao Chefe de Gabinete do Ministro do Interior, Lisboa, 29/1/1949).

<sup>54</sup> In Maria Antónia Fiadeiro, «Maria Palmira Tito de Morais: Andei a fazer no estrangeiro o que não consegui ainda fazer em Portugal», *Diário de Notícias*, 2/9/1987, p. 22.

<sup>55</sup> Intervenção assim descrita por um matutino lisboeta: «Depois de toda a assistência ter entoado o hino nacional, o sr. general Norton de Matos assumiu a presidência, ladeado pelos srs. comandantes Prestes Salgueiro, coronel Bento Roma, D. Maria Isabel Aboim Inglês e o nosso colega da «República» sr. Carvalhão Duarte. Abrindo a sessão, o sr. general Norton de Matos declarou que desejava, alterando a ordem dos oradores, dizer algumas palavras em virtude de notícias que lhe tinham chegado e por ser a primeira vez que directamente se dirigia ao povo de Lisboa. (...) Repudiou a acusação que já viu ser-lhe assacada de entendimentos com os comunistas e de ser inimigo da religião, repetindo a propósito o que já afirmou no seu manifesto e afirmando que a sua candidatura é uma candidatura unicamente nacional. [§] De novo o afirma, defendendo a liberdade de culto, de pensamento, de associação, ideias aliás já

porque o terreno em que ela se move não é o do requeitado anticlericalismo republicano de Tomás da Fonseca mas sim o da luta pela liberdade de consciência da mulher. Por isso mesmo, o escândalo foi maior.

### 3.8. A LIBERDADE DE DECIDIR DO SEU DESTINO

Será porém uma outra mulher, Manuela Porto, quem melhor encarnará o que estava realmente em jogo para a elite das mulheres apoiantes de Norton de Matos. Tal como Maria Palmira, Manuela tem 37 anos. Viria a morrer um ano depois desta campanha eleitoral, durante a qual proferiu um discurso notável que sintetiza os temas que perpassam a sua obra literária e que constituem, no Portugal salazarista dos anos 40, um verdadeiro acto de coragem: a liberdade da mulher não ter que se “desentranhar em filhos” para ser mulher, a liberdade de não ser animal de carga ou de luxo, a liberdade de ser um ser pensante, a liberdade de não ter que ser um génio para poder decidir do seu próprio destino.

Já na sua ficção<sup>56</sup>, Manuela Porto tinha ido mais longe do que denunciar as más condições económicas em que vivem as mulheres da classe média; ou as deficiências na assistência médica às parturientes; ou [p.55:] as deficiências da instrução escolar e profissional das raparigas. Recusa que uma mulher tenha que depender do marido para sobreviver ou tão-só para ser respeitada como mulher. Recusa que uma mulher tenha obrigatoriamente que ser mãe para que possa ser respeitada como mulher. Revolta-se que uma mulher não tenha direito a recusar-se a ser criada sem salário do marido e dos filhos. Indigna-se por uma mulher não ter direito a uma vida digna, escolhida por si e da qual ela tenha as rédeas, sem que uma sociedade hipócrita a julgue.

É esse passo mais à frente que Manuela Porto dá num discurso numa sessão de propaganda, desta vez sem o pretexto da ficção. A «libertadora candidatura»<sup>57</sup> de Norton de Matos permite à mulher, acredita a escritora e atriz, libertar-se da escravidão

---

aprovadas e defendidas pela Assembleia das Nações Unidas. O seu fim é unir todos os portugueses, estabelecer entre eles a maior harmonia para trabalhar por um Portugal maior.» («A SESSÃO DE ONTEM na “Voz do Operário” (...)», *Diário de Notícias*, 11/1/49, p. 5).

<sup>56</sup> Veja-se a história pungente de Maria do Carmo, a personagem principal de um conto seu, intitulado «Um filho mais» in M. Pôrto, *Um filho mais e outras histórias*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1945, pp. 9-43.

**Helena Pinto Janeiro, «A questão feminina na campanha de Norton de Matos» in PAULO, Heloísa, JANEIRO, Helena Pinto (ed.), *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949: 60 anos depois*, Lisboa: Colibri, 2010, pp. 35-56 | ISBN: 9789727729838**

em que se encontra, a par das mais deserdadas classe sociais. A luta pela liberdade, «pedra de toque da dignidade humana», deu-lhe «o direito que há menos de um século possui de manifestar-se como um ser pensante, sem que para isso se torne indispensável ser um ente genial, em absoluto fora do comum»<sup>58</sup>. Enquanto outras oradoras da Oposição mantêm as suas intervenções públicas nesta campanha no âmbito da sua esfera profissional, mesmo quando, como Cesina Bermudes, não deixam de apontar, aqui e ali, alguma crítica à invasão do seu sector de actividade pelos ditâmes da moral, ainda vá que não vá.

Quando, porém, as oposicionistas passam a atacar a própria regra no seu âmago, o dos valores, o caso muda de figura. Foi esse limiar que atravessaram explicitamente Palmira Tito de Morais e sobretudo Manuela Porto quando chega ao ponto de defender a honestidade da mulher que vive em união de facto ou que é mãe solteira – afirmação que, à época, constituía uma verdadeira temeridade<sup>59</sup>. A sociedade conservadora da época reagiu a preceito contra estas mulheres com um discurso não alinhado com a moral sexual e familiar dominante ou que, muito simplesmente, assumiam a sua qualidade de seres pensantes. Era, como sintetizou a eng<sup>a</sup> Virgínia de Moura, num discurso proferido no Cine-Teatro de Chaves, entusiasticamente aplaudido, «a tragédia da mulher portuguesa que pensa»<sup>60</sup> no Portugal salazarista de há 60 anos.

Não é o menor dos paradoxos desta campanha que muitos milhares de mulheres do outro lado da barricada, organizadas num *Movimento Nacional Feminino*, tenham tido o seu baptismo de fogo na política precisamente nesta campanha eleitoral, em grande parte como reacção às declarações públicas das oposicionistas, habilmente manipuladas pela máquina de propaganda da Situação. Se a maioria das apoiantes de Carmona se limitou a assinar listas de desagravo, outras houve que discursaram em comícios, escreveram artigos ou cartas para jornais ou, tão-só, votaram pela primeira vez na vida. É a saída à vida pública já não apenas de algumas mulheres, cuja excepcionalidade confirma a regra da exclusão do espaço político da generalidade do

---

<sup>57</sup> «Palestra de D. Manuela Porto» in *Às mulheres de Portugal...*, p. 37

<sup>58</sup> *Idem, idem*, p. 38.

<sup>59</sup> Cf. «Palestra de D. Manuela Porto» in *Às mulheres de Portugal...*, pp. 41-42.

<sup>60</sup> «O povo de Trás-os-Montes representado numa grandiosa sessão realizada ontem em Chaves manifestou a sua ardente dedicação à Democracia (...)», *República*, 17/1/1949, p. 4.

**Helena Pinto Janeiro, «A questão feminina na campanha de Norton de Matos» in PAULO, Heloísa, JANEIRO, Helena Pinto (ed.), *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949: 60 anos depois*, Lisboa: Colibri, 2010, pp. 35-56 | ISBN: 9789727729838**

sexo feminino, mas das mulheres enquanto género. Contámos hoje apenas uma parte desta história. Seguir-se-lhe-á, em próxima ocasião, a história das mulheres do outro lado da barricada.

#### 4. EM JEITO DE CONCLUSÃO

Em suma, vimos como as opositoristas em campanha não se sentiram limitadas por uma presença marginal nas estruturas formais de condução da candidatura de Norton de Matos a nível nacional, distrital e concelhio, aproveitando todas as oportunidades de intervenção pública que se lhe ofereceram e entrando temerariamente numa das grandes polémicas da campanha, a questão religiosa, que inclusive protagonizaram.

Vimos, igualmente, como, aproveitando a boleia do combate pelos direitos, liberdades e garantias, as mulheres em campanha por Norton de Matos trouxeram uma agenda reivindicativa que incluiu nomeadamente a equiparação jurídica para ambos os sexos, o alargamento do sufrágio feminino, a abolição do regulamento da prostituição, salário igual para trabalho igual, assistência social para todas as mulheres independentemente de crenças, credos políticos e estado civil, bem como maior acesso à educação e cultura.

Por último, a presença feminina na campanha opositorista, ao levar ao conhecimento público a situação das mulheres em Portugal, ao mesmo tempo que constitui um libelo acusador contra o Estado Novo, trouxe para a luz do dia a situação específica das mulheres sob o regime. Se o retrato das mulheres é apresentado como parte integrante da realidade portuguesa na sua globalidade, tem no entanto a novidade de levar ao conhecimento público a situação não idealizada da metade feminina do país. São as consequências da política salazarista para as mulheres, vistas pelas mulheres da Oposição. Não surpreende assim que o resultado desta viagem ao país real feminino ou a uma parte do país real habitualmente na sombra acabe por trazer consigo, como corolário lógico, a reivindicação de políticas, globais ou específicas, para a resolução dos problemas das mulheres portuguesas de meados de Novecentos.

**Helena Pinto Janeiro, «A questão feminina na campanha de Norton de Matos» in PAULO, Heloísa, JANEIRO, Helena Pinto (ed.), *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949: 60 anos depois*, Lisboa: Colibri, 2010, pp. 35-56 | ISBN: 9789727729838**